



Brasília 5/4/2011 - Esplanada dos Ministérios



Foto Mônica Bergamaschi

Mobilização em favor do Novo Código Florestal



“**N**uma das maiores manifestações que já realizaram em Brasília, os produtores rurais demonstraram organização, unidade de propósitos, capacidade de expor com clareza as razões da impressionante mobilização política e, sobretudo, disposição de discutir de maneira civilizada, mas com argumentos firmes, a reforma do Código Florestal. Trata-se de uma questão que, pela diversidade de interesses que afeta, tem sido tema de intensa polêmica. Produtores rurais aceitam limites à ocupação de novas áreas e regras de recomposição ambiental, mas querem o reconhecimento do direito de explorar as terras que já ocupam. Os ambientalistas querem regras mais rigorosas para a ocupação de terras pela atividade agropecuária e punição aos que não se enquadrarem nelas. Nessa questão, a postura do governo, ao contrário da dos ruralistas, é ambígua, com uma parte dele favorável à reforma nos termos propostos pelo substitutivo apresentado pelo deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), que

agrada aos ruralistas, e outra contrária. Também ambígua foi a postura do presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), quando cobrado por uma comissão de produtores rurais a marcar uma data para a votação do texto de Rebelo. Disse que só fará isso depois que uma câmara de negociação formada para discutir o assunto apresentar o resultado de seu trabalho. Não se sabe quando isso ocorrerá. Os produtores rurais têm pressa, não apenas porque a demora na decisão sobre o tema lhes traz incertezas e insegurança, mas sobretudo porque, sem a definição das novas regras de proteção ambiental, eles estarão sujeitos a punições previstas por um decreto de 2008 e que, após diversas prorrogações, devem vigorar a partir de 11 de junho.

(...) Escolhido relator do projeto de reforma do Código Florestal que há dez anos adormecia nas gavetas da Câmara, o deputado Aldo Rebelo reconheceu que, pelas regras atuais, cerca de 90% dos agricultores estão na ilegalidade, e, destes, a maio-

ria se dedica à agricultura familiar. É essa ilegalidade que o Decreto 6.514, de junho de 2008, começará a punir. Em sua versão inicial, o decreto previa o início da punição em 180 dias. O prazo foi então estendido para o final do ano seguinte e, depois, para 11 de junho de 2011. No dia em que os produtores rurais ocuparam a Esplanada dos Ministérios para defender a urgência na votação do projeto de reforma do Código Florestal, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, também se reuniu com o presidente da Câmara e, depois da reunião, admitiu a possibilidade de nova prorrogação do prazo para que os proprietários de imóveis rurais registrem formalmente as áreas de suas propriedades que devem ser preservadas. Se prorrogar novamente o prazo, o governo aliviará um pouco a tensão entre os produtores rurais, mas estará ganhando tempo para fazer o que não fez até agora: decidir, afinal, o que quer.”

Editorial – O Estado de
S.Paulo - 7/4/11

Mobilização pela aprovação



Cerca de mil produtores rurais e líderes do agronegócio regional e nacional atenderam a convocação feita por diversas entidades da região de Ribeirão Preto, e se reuniram no último dia 28 de março para reafirmar o apoio do setor às mudanças na legislação ambiental.

Diversos parlamentares foram convidados para discutir estratégias para a tramitação do Projeto de Lei no Congresso Nacional. Compareceram os Deputados Federais: Moreira Mendes (PPS/RO), Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; Duarte Nogueira (PSDB/SP), líder do partido; Mendes Thame (PSDB/SP); Marco Ubiali (PSB/SP); Marcos Montes (DEM/MG); Nelson Marquezelli (PTB/SP); e os Deputados Estaduais: Baleia Rossi (PMDB/SP); Welson Gasparini (PSDB/SP) e Roberto Engler (PSDB/SP).

Para presidir a mesa foi convidado um dos maiores líderes do agronegócio brasileiro, Roberto Rodrigues.

A Diretora Executiva da ABAG/RP, Mônica Bergamaschi, que falou em nome das entidades organizadoras, na abertura do evento, lembrou que é fundamental que a nova lei ambiental se torne mais efetiva para

meio ambiente e menos prejudicial ao setor produtivo.

Segundo ela, a reunião foi idealizada para que os produtores e empreendedores rurais, presentes ou representados por suas lideranças, finalmente pudessem ter esperança da instalação da tão sonhada segurança jurídica, além de afirmar o anseio do setor pela imediata votação do Projeto de Lei do Novo Código Florestal.

A diretora da ABAG/RP destacou alguns pontos que ainda precisam ser ajustados no Projeto de Lei:

1. Inciso IX do artigo 3º que define pequena propriedade como aquela que tenha até 4 módulos fiscais, sugerimos que seja colocada a complementação “ou 150 ha, o que for maior”, pois em alguns municípios do País o módulo fiscal é de 2 (dois) hectares, tornando injusta para alguns a definição apenas por módulos.

2. No artigo 24, a manutenção dos termos de ajustamento de conduta, os famosos TACs, assinados muitas vezes por imposição do Ministério Público e pelo temor dos produtores, irá comprometer o bem alcançado, a duras penas, pela nova legislação. Não devem prosperar os TACs naquilo que forem contrários à lei nova.

3. Nos parágrafos 3º e 4º do mes-

mo artigo está prevista a suspensão na aplicação de multas aos produtores que estiverem irregulares com relação às APPs e Reservas Legais desde antes de julho de 2008, no entanto permanece a possibilidade de multas por infrações menos graves, como, por exemplo, supressões não autorizadas em áreas permitidas, além de permanecerem embargos e penas restritivas de direito, o que na prática pode ser a inviabilização indireta da atividade.

4. A possibilidade de ampliar o percentual de reserva legal em imóveis fora da Amazônia Legal causa uma grande insegurança jurídica, deixando os agricultores das áreas mais produtivas do País nas mãos dos órgãos ambientais, inclusive Federais, pois a competência não ficou somente para os estados.

to 28/3/2011

o do Novo Código Florestal

Fotos Fernando Braga



5. É preciso ainda que sejam analisadas as conseqüências práticas da moratória ao desmatamento. Não podem ser penalizados os que preservaram. Solução mais justa há de ser encontrada.

Mônika enalteceu os avanços incorporados no texto do relatório aprovado, como a correção de uma grande injustiça cometida com os que respeitaram a lei no momento em que suprimiram a vegetação em suas propriedades, e que de um dia para outro viraram criminosos ambientais. O fim da covardia está expresso no artigo 49 do projeto, que resgata o direito na linha do tempo, respeitando o direito adquirido em acordo com os ditames constitucionais.

O deputado Moreira Mendes foi

o primeiro a falar e salientou que o Deputado Aldo Rebelo deverá acatar as propostas feitas em Ribeirão Preto, e se disse muito otimista com a mobilização do setor em favor da aprovação do Novo Código Florestal. Já o deputado Duarte Nogueira garantiu que os TACs não serão reconhecidos e que a questão da moratória já está sendo revista. Também antecipou que havia convocado para aquela mesma semana uma reunião com a bancada do PSDB para definir a posição do partido, que servirá como orientação para a votação em plenário.

Os deputados Mendes Thame, Nelson Marquezelli, Marcos Montes e Marco Ubiali, parlamentares que defendem o setor, falaram dos esforços que estão fazendo junto às suas

bancadas, e com deputados de outros partidos, pela imediata votação e aprovação do texto.

Os deputados aproveitaram para convidar para a mobilização em Brasília, no dia 5 de abril, onde eram esperados milhares produtores rurais de todo Brasil, com a intenção de sensibilizar a Câmara e o Senado.

O presidente da mesa, Roberto Rodrigues, endossou o convite e cobrou mobilização do setor pela aprovação do substitutivo do deputado Rebelo. Rodrigues chamou de “Abril Verde” o mês em que, segundo os deputados, deve acontecer a votação. Além do encontro de Brasília no dia 5, ele espera que os agricultores de todo o Brasil estejam prontos para dar apoio e representação aos deputados e senadores.

Brasília 5/4/2011

Gabinete do Presidente da Câmara dos Deputados



Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, recebe uma comissão de parlamentares e representantes do agronegócio brasileiro. Na foto acima, o Deputado com o Presidente da OCB, Márcio de Freitas, e a Diretora da ABAG/RP, Mônica Bergamaschi

“(…) A agricultura está refém da Medida Provisória 2166 que, desde 1996, vigora com força de lei sobre a Reserva Legal, sem nunca ter sido votada. O Brasil ganhou muito com a recente discussão do novo Código Florestal, pois o tema passou a fazer parte da vida da sociedade brasileira. A população começa a associar o prato de arroz de todos os dias com uma lavoura que depende do cultivo na várzea, e entende a necessidade de um marco legal regulador.

(…) O Brasil megadiverso fez sua lição de casa, aumentou a produtividade agrícola conservando ainda aproximadamente 69% de sua área coberta por vegetação nativa, de acordo com a Embrapa.

(…) O grande desafio está em desenvolver instrumentos capazes de aliar a produção e uso dos recursos naturais à conservação do meio ambiente. Para isso, uma legislação clara é fundamental. A conformidade com a lei é premissa básica para a obtenção de crédito, licenciamento, certificações e acesso a mercados. (...) O novo Código Florestal é, portanto, uma necessidade para o país. Só assim o setor rural poderá trabalhar com tranquilidade, dentro da legalidade.

(…) E, se não houver consenso, está passando da hora de usar o bom senso.”

Roberto Rodrigues para a
Folha de S.Paulo - 9/4/11

“Para evitar uma derrota na Câmara, o governo decidiu alterar a proposta de mudança do novo Código Florestal - cujo texto, elaborado pelo relator Aldo Rebelo (PC do B-SP), tinha apoio de ruralistas e críticas de ambientalistas da base governista. Para apaziguar os ânimos, o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, ficou encarregado pela presidente Dilma Rousseff de arbitrar as negociações, que deverão ser concluídas em 15 dias.

O Palácio do Planalto resolveu entrar na polêmica do Código Florestal um dia após 24 mil agricultores... lotarem a Esplanada dos Ministérios para defender o texto de Aldo Rebelo.

A maioria dos partidos da base aliada e de oposição apoia o parecer do relator. Apenas parte do PT, do PV e os três deputados do PSOL são contrários. A primeira reunião para dar início às negociações foi realizada ontem sob o comando de Palocci (...) Sob o comando de Palocci, os ministros do Meio Ambiente, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, voltarão a se reunir daqui a uma semana. Cada um deles vai listar os pontos que consideram essenciais para integrar o novo Código Florestal. Caberá a Palocci conciliar as diferentes posições. No encontro, ele pediu aos ministros que evitem declarações polêmicas.”

O Estado de S.Paulo - 7/4/11

“Eles vieram de todas as partes do País. Muitos chegaram de madrugada e chegaram a encarar mais de 40 horas de estrada para defender e pedir a atualização do Código Florestal. Trouxeram na bagagem faixas de apoio, bandeiras dos seus Estados e, principalmente, o discurso unificado de que é preciso modernizar a legislação ambiental. Essa é a única forma de legalizar a atividade agropecuária e dar a segurança jurídica necessária para aumentar a produção de alimentos, com preços acessíveis à população, sem deixar de lado a preservação ambiental.”

Canal do Produtor
- 5/4/11